



SÃO JORGE E O DRAGÃO TROPICAL: BREVE HISTÓRIA DA MAÇONARIA DE PERNAMBUCO E SUA LOJA INGLESA

SAINT GEORGE AND THE TROPICAL DRAGON: BRIEF HISTORY OF FREEMASONRY IN PERNAMBUCO AND ITS ENGLISH LODGE

Frederico de Oliveira Toscano*

Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0002-1501-7329>

fredericotoscano@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem os seguintes objetivos principais: historicizar, ainda que de maneira breve, a Maçonaria desde suas origens europeias até sua chegada ao Brasil, bem como seus desenvolvimentos em Pernambuco; e narrar a trajetória da Saint George Lodge, a Loja Inglesa instalada no Recife, explicando as causas de sua criação e a importância da comunidade britânica na capital pernambucana. Assim, pretende-se, como problema principal, desmistificar os maçons, suas atividades e interesses, partindo da hipótese de que são, afinal, membros de um grupo social tradicionalmente pouco estudado dentro da historiografia nacional e mesmo mundial. Para tanto, empreende-se um recorte longo, da Escócia do século XVII até o Brasil contemporâneo, pontilhado por eventos curtos e definidores dos rumos na Maçonaria, fora e dentro do país. Busca ainda apresentar o trabalho pouco divulgado de teóricos da área, tais como Douglas Knoop, G.P. Jones, Luc Nefontaine, além de Michel Goulart da Silva, que, através de suas pesquisas, vêm demonstrando que a temática da maçonaria é digna da atenção da academia. O arcabouço referencial é formado por livros e trabalhos acadêmicos, por parte de alguns dos poucos cientistas sociais que vêm se dedicando à temática no Brasil e no mundo. Há ainda obras raras, como as de Mário Melo, bem como depoimentos orais e fontes primárias, na forma de periódicos variados e registros maçônicos, como atas e relatórios internos.

PALAVRAS-CHAVE: Maçonaria, Loja Inglesa, Pernambuco.

ABSTRACT: This article has the following main objectives: to historicize, albeit briefly, Freemasonry from its European origins until its arrival in Brazil, as well as its developments in Pernambuco; and narrate the trajectory of the Saint George Lodge, the so-called English Lodge established in Recife, explaining the causes for its creation and the importance of the British

* Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Diretor de Articulação da Associação de Profissionais de Gastronomia de Pernambuco.

community in the capital of Pernambuco. Thus, it is intended, as the main problem, to demystify the Freemasons, along with their activities and interests, under the hypothesis that they are, after all, members of a social group traditionally seldom studied by national and even worldwide historiography. A long period is employed to this end, from Scotland in the 17th century to contemporary Brazil, dotted with short and defining events in the trajectory of Freemasonry within and without the country. It tries to present the seldom referenced work of theorists of the field, such as Douglas Knoop, G.P. Jones, Luc Nefontaine, as well as Michel Goulart da Silva, who, through their research, have been demonstrating that the theme of Freemasonry is worth of academic attention. The referential framework is formed by books and academic works authored by some of the few social scientists who have dedicated themselves to the theme in Brazil and the world. Also discussed are rare works, such as those by Mário Melo, along with oral testimonies and primary sources in the form of varied newspapers and Masonic records, such as minutes and internal reports.

KEYWORDS: Freemasonry, English Lodge, Pernambuco.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca alcançar dois objetivos distintos, porém correlacionados. Primeiro, realiza uma breve historicização da sociedade organizada conhecida como Maçonaria, desde suas origens na Escócia, passando pela sua travessia do Atlântico até as então colônias europeias, como os Estados Unidos e o Brasil, explorando sua chegada e estabelecimento nesse último país e, de maneira mais detida, em Pernambuco. Em segundo lugar, procura discutir a formação das chamadas Lojas Inglesas, explicando suas origens e funcionamento dentro da maçonaria brasileira, mais uma vez detendo-se em sua versão pernambucana. Em seguida, pretende lançar luz sobre a Maçonaria em si, sob a hipótese de que, afinal, trata--se de uma coletividade civil de fato, até certo ponto integrada à sociedade da qual, afinal, faz parte.

Nesse sentido, como outras associações de natureza mais ou menos semelhante, a Maçonaria teve papel ativo acerca de eventos notáveis do Brasil desde sua chegada ao país no final do século XVIII. Da mesma forma, não se mostrou estática diante do passar do tempo, mantendo tradições, mas transformando-se em função dos contextos históricos onde operava e opera nos dias de hoje. Por esse motivo, pode-se dizer que a problemática principal deste artigo é desnaturalizar certos mitos que cercam a Maçonaria, mundial e brasileira, frequentemente reduzida a uma sociedade dita secreta, de rituais misteriosos – por vezes até mesmo esotéricos ou místicos –, temporalmente estagnada e apartada do mundo leigo no qual se insere.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Em termos teóricos, é importante destacar o trabalho do britânico David Stevenson, que vem buscando (na esteira de pioneiros como Douglas Knoop e G.P. Jones) apresentar a Maçonaria como um tema válido e legítimo de pesquisa acadêmica. Como explica Stevenson, é trabalho do historiador não apenas buscar as fontes, coletar os fatos e apresentá-los, como se eles possuíssem voz própria e pudessem, de alguma forma, falar por si sós. A história é construída mediante a interpretação e a crítica, bem como da imaginação. Cabe também ao historiador preencher as lacunas, de maneira racional, honesta e metodológica, trazendo possibilidades, indicando caminhos, criando pontes entre o dito e o não dito. Isso é particularmente valioso ao se abordar os maçons enquanto tema histórico, visto que, por muito tempo, foi tratada pelas lentes – aparentemente paradoxais – da espetacularização e do sigilo. Faz-se necessário, enfim, desmistificar a Maçonaria, tratando-a não como uma coleção de glórias inverossímeis, segredos místicos ou revelações explosivas. Mas como parte da existência coletiva do homem, um aspecto da sociedade que, como qualquer outro, merece ser estudado, debatido e divulgado.¹

Esse é um pensamento que norteia os estudos do belga Luc Nefontaine, historiador da religião e especialista na trajetória da Franco-Maçonaria. Segundo ele, a Maçonaria, ao contrário de um senso-comum que persiste mesmo nos dias atuais, jamais foi uma sociedade secreta, e sim discreta. Sua existência nunca foi ocultada do público e a instituição, na maior parte do tempo, prestou fidelidade ao poder estabelecido em cada país em que se estabeleceu. Seus locais de reunião eram – e são – quase sempre do conhecimento da polícia e autoridades equivalentes, enquanto seus membros não escondem sua filiação. O que serviu para mistificar os maçons e suas práticas foi muito mais a garantia da total liberdade de pensamento e de expressão, ao menos dentro da privacidade de suas lojas. É para proteger essa liberdade que o conteúdo em si de suas reuniões – ou seja, aquilo que é exposto e debatido – costuma permanecer secreto mesmo nos dias atuais, em pleno 2022. E é pelo mesmo motivo que os membros têm liberdade de declarar sua própria filiação, mas não a dos seus companheiros. Essas são práticas que permitem discussões francas e aprofundadas sobre questões prementes à sociedade em geral, assim gerando inquietação e até desconfiança. Os tão falados “segredos maçônicos” já foram, há muito, revelados, publicizados e debatidos, em um sem-número de obras

¹ STEVENSON, 2005.

sensacionalistas que, mesmo nos dias atuais, conseguem chamar atenção. Como afirma Nefontaine, há uma espécie de jogo aí: os maçons brincam de se esconder, mantendo segredos que já não são mais secretos. De sua parte, a sociedade entra na brincadeira, preferindo que as informações sobre a Maçonaria sejam não divulgadas, mas descobertas.²

Aqui, faz-se necessário chamar atenção para os esforços de parte da historiografia brasileira em estudar a Maçonaria em âmbito nacional, enfrentando, muitas vezes, os mesmos problemas de colegas de outros países, tais como desinteresse da comunidade acadêmica, dificuldade de acesso a arquivos, etc. Nesse sentido, o historiador Michel Goulart da Silva vem buscando, por meio de artigos e livros, lançar luz sobre os maçons e sua história na sociedade brasileira. Ele e outros estudiosos – em áreas como história, sociologia, antropologia e educação – vêm se debruçando sobre o tema e legitimando-o, mediante pesquisas científicas que resultam em cada vez mais dissertações e teses. Nesse sentido, faz-se necessário citar o trabalho seminal de José Castellani, ele mesmo maçom e autor de obra extensa acerca da Maçonaria nacional, com destaque para “História do Grande Oriente do Brasil”³, lançado ainda em 1993. Dentro da academia, “O poder da Maçonaria”⁴, de Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza, buscou debater a instituição enquanto partícipe da sociedade na qual está inserida, não isolada dela.⁵ Essas e outras obras vêm tentando, nas palavras de Silva, “aprofundar o conhecimento que temos a respeito das contribuições dos maçons brasileiros para a política e para a cultura no Brasil, mostrando-os como sujeitos históricos”.⁶

No tocante às fontes empregadas, buscou-se realizar uma revisão bibliográfica abrangente, o que por si só já se mostrou um dos desafios na elaboração deste artigo. Não há muitos livros acerca da temática da Maçonaria no Brasil, e os que existem são, muitas vezes, trabalhos de fundamentação duvidosa e/ou dedicados a desvendar os supostos mistérios dessa sociedade – os chamados *exposures*. Obras de perfil mais acadêmico e frutos de pesquisas rigorosas são raras, como é o caso da coletânea “Maçonaria no Brasil: história, política e sociabilidade”, organizada pelo já citado Michel Goulart da Silva, e contando com os trabalhos de diversos cientistas sociais, aqui utilizada. Também se fez uso de duas obras raras e há muito fora de circulação: “A Maçonaria no Brasil” e “A Loja Maçônica: Seis de

² NEFONTAINE, 2008.

³ CASTELLANI, 2009.

⁴ MOREL, 2008.

⁵ SILVA, 2015.

⁶ SILVA, 2015.

Março de 1817” (também conhecida como “A Maçonaria e a Revolução de 1817”), ambas escritas pelo historiador, jornalista, geógrafo, músico e político pernambucano Mário Melo. Esses são trabalhos seminais, trazendo à luz os desenvolvimentos da Maçonaria não apenas em nível nacional, mas também – e principalmente – os ocorridos em Pernambuco.

Para além dos livros, foram usados artigos científicos, alguns em língua estrangeira e sem tradução para o português. Também foram empregadas algumas fontes primárias, na forma de atas e outros documentos obtidos junto à Loja Saint George e o Templo da Conciliação, no Recife. Da mesma forma, algumas poucas notas de jornais foram utilizadas, todas de periódicos pernambucanos. Finalmente, fez-se uso extensivo do depoimento de Sérgio Araújo Fernandes da Silva, maçom e diretor de cerimônias da Augusta e Respeitável Loja Simbólica Saint George nº 0817, que pesquisa e preserva a história da Maçonaria local. Devido a décadas de negligência e abandono dos próprios maçons, bem como perseguições políticas e religiosas em diversas ocasiões, muita documentação se perdeu. Por esse motivo, e dada a natureza restrita de certos documentos, o depoimento foi essencial para ajudar a construir a narrativa aqui apresentada.

Uma narrativa que possui um recorte extenso, partindo da fundação da Maçonaria, ainda em finais do século XVII, na Escócia, até quase sua contemporaneidade no Brasil e em Pernambuco. Há, assim, um foco em mudanças que se desenvolvem lentamente, considerando-se uma duração demorada, não fundamentada em grandes datas e acontecimentos. Da mesma forma, este artigo se debruça sobre processos de curta duração, bem como naqueles que, na definição de Braudel, poderiam ser lidos como eventos. Portanto, as alterações aceleradas, de ligeira sucessão e que acarretam inovações ou sentidos diversos para a sociedade – duráveis ou não – são trabalhados aqui também. Para Braudel, a história opera em diferentes marchas, e é formada por meio de procedimentos de períodos variados (1965, p.261-294). Se as mentalidades se processam em um tempo mais alongado, é legítimo asseverar que uma coleção ou uma sucessão de eventos políticos, como uma eleição ou mesmo uma ruptura maior (a Revolução de 1817 e a de 1930, por exemplo), pode se caracterizar como de curta duração.

ORIGENS

A Maçonaria deve não apenas suas origens, mas muitos dos seus rituais e organização às associações profissionais surgidas na Europa Medieval, mais conhecidas como guildas. Estas eram formadas por homens em diferentes ramos, tais como padeiros, ferreiros, carpinteiros, chapeleiros e comerciantes em geral, embora fossem mais comuns

entre os chamados artesãos. Entre eles havia ainda pedreiros, *stonemasons*, no termo original em inglês, artífices que buscavam salvaguardar a reputação do seu ofício e proteger os membros da guilda. Pela própria natureza do trabalho, era comum que viajassem para onde havia obras, que podiam durar alguns poucos dias, anos ou mesmo uma vida inteira, no caso das grandes catedrais. Como pedreiros desconhecidos e de diferentes origens eram, com frequência, obrigados pelas circunstâncias a trabalhar juntos, criou-se um conjunto de testes de habilidades e códigos de reconhecimento secretos. Dentre estes, a *Mason Word*, a Palavra Maçônica, era de emprego mais generalizada, mas havia outros, assim como regras que serviam para regular a atuação profissional dos membros. Estes podiam se reunir, descansar e conversar em locais conhecidos como *lodges*, ou alojamentos, que, no futuro, acabariam conhecidas, em português, como lojas. Enquanto organização, ela se preocupava com o bem-estar dos seus membros, proporcionando instrumentos que, no futuro, poderiam ser reconhecidos como de seguridade social. Assim, pedreiros desempregados ou em dificuldades recebiam ajuda financeira, bem como suas viúvas e órfãos; também se proporcionavam funerais decentes e banquetes que fortaleciam a solidariedade dos participantes. Até o século XVII, portanto, a maçonaria se referia a um grupo de homens que trabalhava com corte e assentamento de pedras, tijolos, telhas e afins. Começavam quase sempre como aprendizes, instruindo-se no ofício e, a depender do seu nível de habilidade, nos códigos de reconhecimento e juramentos inerentes ao grupo e à sua posição hierárquica naquela comunidade.⁷

Aos poucos, a Maçonaria foi se transmutando, passando de uma associação profissional de origens e características medievais para uma espécie de fraternidade de homens com pensamentos semelhantes. Começou-se a cultivar ideais de igualdade, tolerância e racionalidade, em consonância ao espírito progressista do Renascimento e, posteriormente, do Iluminismo. Logo, os maçons buscaram diferenciar sua Arte ou Ofício – *the Craft* – das outras profissões da época, colocando-a no mesmo panteão das ciências liberais dos autores clássicos: gramática, retórica, lógica, aritmética, música, astronomia e geometria. Esta última abarcaria o trabalho da maçonaria – medir, pesar, etc. –, por sua própria natureza superior a todas as outras, e todas as outras dela derivariam. A geometria (e, portanto, a própria Maçonaria) teria sido criada pela prole de Lameque, filho de Matusalém, descendente de Caim, pai de Noé e citado ainda no Gênese bíblico. Inscritos em pilares de pedra, esse conhecimento teria sobrevivido ao Dilúvio e seria encontrado por Hermes Trismegisto, que passaria a ensiná-lo aos homens. A Torre de Babel teria sido

⁷ STEVENSON, 2005.

construída em função da geometria/Maçonaria, sendo que o rei de Babel, Ninrode, teria sido, ele mesmo, maçom. Depois, seria tarefa de Abraão divulgar essas ciências no Egito, terra que passaria a adquirir grande significância para a mitologia maçônica, e que teria como discípulo Euclides – que, por sinal, sequer foi seu contemporâneo. Essas afirmações, grandiloquentes e um tanto absurdas, serviam para legitimar a Maçonaria e o profissional em si, cujo trabalho em muito ultrapassava o corte e medição de pedras. Com frequência, planejavam e executavam grandes obras, atuando de forma semelhante a um arquiteto ou um engenheiro.⁸

A lógica renascentista de buscar a grandeza em um passado cada vez mais remoto aproximou a Maçonaria do Egito Antigo, representando um exotismo oriental e mistérios de natureza quase mística. Apesar disso, os maçons eram, desde o início, eminentemente cristãos, embora a instituição em si não estivesse ligada a uma religião específica ou mesmo apresentasse um posicionamento político claro: poderia ser católica ou, a depender da época e das circunstâncias, protestante; seus membros podiam ser politicamente inclinados para a esquerda ou para a direita, e havia – de fato, há – discordâncias e até rivalidades entre os membros. Embora a Maçonaria, enquanto associação profissional, pudesse ser encontrada por quase toda a Europa, foi na Escócia do século XVII que ela começou a se tornar algo diferente. Os códigos e segredos perpetuados entre os membros começaram a intrigar a sociedade leiga, homens que não eram pedreiros de profissão, mas que se sentiam atraídos pelos ideais de irmandade, igualdade e racionalidade defendidos pelos maçons. Não demoraria para que essa “nova” Maçonaria chegasse a outros países, como a Inglaterra, onde, diferente da Escócia, as lojas eram criadas por e para cavalheiros, uma elite local que em muito diferia dos humildes pedreiros escoceses. Em pouco tempo, os ingleses passaram a liderar a Maçonaria em sua evolução, criando, em 1717, a Grande Loja da Inglaterra, data que é, com frequência, confundida com a fundação da Maçonaria em si. A partir daí, a instituição aumentaria cada vez mais a sua abrangência, chegando a Portugal e atravessando o Atlântico até a sua maior possessão ultramarina, o Brasil.⁹

MAÇONARIA(S)

A Maçonaria foi responsável, na Inglaterra, por importantes transformações sociais a partir do século XVIII: estabeleceu uma cultura de clube particular, retomou a

⁸ STEVENSON, 2005.

⁹ STEVENSON, 2005.

sociabilidade masculina das classes média e alta e tornou-se componente essencial da figura do *gentleman* inglês. Mais importante, tornou-se um instrumento do Império Britânico, espalhando-se pela Europa e muito além dela, levando consigo as ideias do Iluminismo e a imagem dos próprios ingleses. Para tanto, criou-se um nível organizacional e hierárquico complexo, que parte das lojas enquanto célula básica da instituição. Estas são administradas pelas chamadas obediências maçônicas, encarregadas de gerir um grupo de lojas (três ou mais) em um dado território, as quais representam juridicamente, sendo ainda capazes de celebrar tratados entre si. Essas obediências podem assumir a forma de uma Grande Loja ou Grande Oriente, órgãos equivalentes, mas diversos.¹⁰

Aqui é importante apontar que, embora as tradições maçônicas mais reconhecidas, influentes e abrangentes sejam as de origem inglesa, elas não são, necessariamente, o modelo seguido por todas as obediências. De fato, se em teoria a maçonaria é única, na prática existem várias, cujas organização, rituais e práticas podem apresentar consideráveis diferenças, a depender da época, país e cultura onde estão inseridas. Ainda assim, pode-se afirmar que há corpos maçônicos mais antigos e disseminados, portanto, enxergados, quase sempre, como instituições “oficiais”. Nesse sentido, a Grande Loja Unida da Inglaterra – GLUI seria a entidade enxergada como originária e referencial para a Maçonaria como um todo, portanto reguladora, mas há outras. A Escócia, naturalmente, bem como a Irlanda, Alemanha, França, Portugal e outros países europeus, além de ex-colônias como os Estados Unidos e o Brasil, possuem suas próprias Maçonarias. Embora a tradição inglesa tenha raízes profundas em todas elas, questões culturais, históricas, políticas e até religiosas contribuíram para diversificá-las em maior ou menor grau.¹¹

O que as lojas e obediências possuíam e possuem em comum é “um modelo de sociabilidade próprio baseado na filantropia, na rede de solidariedade entre os pares, nos juramentos e rituais que criam laços de pertencimento”, onde operam “mecanismos próprios de dominação, constituindo-se em um dos espaços, fora do domínio direto do Estado, por onde o poder circulava e os homens faziam política” (SILVA, 2015, p.18). Suas tradições se baseiam em seu texto mais antigo, a Constituição de Anderson, de onde provém suas ideias de fraternidade, progresso e racionalidade. Há, assim, uma crença não apenas em tradições do passado, mas também em um futuro idealizado, onde a humanidade atingiria uma espécie de idade de ouro, baseada no intelecto, na moral e na

¹⁰ CAMARGO, 2016.

¹¹ CAMARGO, 2016.

verdade científica. A Maçonaria teria, então, o papel de liderar o homem rumo a essa civilização hipotética e utópica. Mas havia e há contradições. Por um lado, os maços operaram dentro de princípios liberais refletidos na história iluminista da Inglaterra, pregando a liberdade irrestrita de pensamentos e opiniões, além de tolerância religiosa. Por outro, sua própria Constituição limita sua modernização, cerceando acesso aos ateus e aos desprovidos de religião, mantendo a crença em um Grande Arquiteto do Universo, uma divindade análoga ao Deus cristão e de valores morais definidos.¹²

Contudo, como já se falou, os contextos históricos, sociais e culturais tornaram a Maçonaria múltipla em suas práticas e mesmo na interpretação da sua Constituição. A GLUI, por exemplo, chegou a considerar irregulares as obediências francesas, posto que rejeitavam exigências religiosas e metafísicas entre seus membros. Já a Maçonaria portuguesa do século XVIII afastou-se parcialmente do catolicismo e mesmo do cristianismo tradicionais, em vez disso abraçando um panteísmo menos organizado e mais filosófico. E, no auge das perseguições do século XIX, muitas lojas latino-americanas rejeitaram a autoridade do Papa e voltaram-se para o protestantismo. Da mesma forma, a Constituição proíbe discussões políticas dentro das lojas, visando manter a harmonia entre os irmãos, que devem obedecer às leis do seu país e jamais tomar parte em qualquer tipo de conspiração ou motim. Contudo, a própria tradição maçônica de liberdade de ideias e opiniões a transformaria em terreno fértil para debates e até mesmo intervenções políticas. Muitos acreditavam que, quando inseridos em governos despóticos, os maços teriam não apenas o direito, mas o dever de rebelar-se.¹³

A Maçonaria, portanto, estabeleceu-se enquanto instituição múltipla, de fortes tradições e, ao mesmo tempo, uma pluralidade de práticas e interpretações constitucionais, na medida em que ia se situando em outros países e momentos históricos. Essa polissemia acompanharia a viagem das ideias maçônicas até Portugal e, de lá, sua travessia atlântica até o Brasil.

MAÇONARIA TUPINIQUIM E RUPTURAS

As primitivas movimentações maçônicas brasileiras tomaram caminhos enviesados, intermitentes e, por vezes, mesmo irregulares. A primeira Loja “oficial” teria sido a Reunião, estabelecida em 1801 no Rio de Janeiro e filiada à Ilha Maurício, então

¹² SILVA, 2015.

¹³ SILVA, 2015.

possessão francesa e denominada Ille de France. Dois anos depois, o Grande Oriente Lusitano buscava divulgar a doutrina maçônica no Brasil, nomeando delegados com poderes para criar lojas. Surgiam então a Constância e a Filantropia, seguidas de outras, na Bahia e em Pernambuco, livres ou sob a autoridade do Grande Oriente da França ou do Lusitano. Para os governos coloniais, contudo, a Maçonaria era um ajuntamento não autorizado, irregular e onde ideias potencialmente perigosas circulavam livremente. De Lisboa, partiram ordens para que as lojas cariocas fossem fechadas ainda em 1806, com os maçons brasileiros forçados a expandir suas atividades no Recife e em Salvador. De fato, pode-se afirmar que foi na Bahia que surgiu a Maçonaria do Brasil, ainda de forma irregular, por meio de encontros secretos e sob a forma de clubes ou agremiações, que não eram reconhecidos como lojas. Extraoficialmente, contudo, a Cavaleiros da Luz, funcionando na fragata francesa La Preneuse fundeada na costa baiana, teria sido a primeira instituição maçônica do país, ainda em 1797, depois sendo transferida para o bairro soteropolitano da Barra.¹⁴

A Maçonaria do Brasil seguiria seus trabalhos no Nordeste, seus membros empenhando-se em criar uma obediência nacional própria, divorciada do Grande Oriente Lusitano, ao qual ainda se submetiam. Os maçons, brasileiros e portugueses, trabalhavam dentro dos seus princípios primevos de tolerância, igualdade e progressismo, enquanto acompanhavam os acontecimentos políticos da época. Em 1817, entravam em ebulição dois movimentos de caráter liberal e nacionalista, estourando a Revolução Pernambucana e a Conspiração Liberal de Lisboa. Ambas contaram com ativa participação de maçons em seu planejamento e execução, levando a Coroa a tomar duras medidas contra futuras tentativas de sedição, expedindo o alvará de 30 de março de 1818. Estavam, assim, proibidas as sociedades secretas de qualquer natureza, dessa vez por todo o território do Brasil e mesmo em Portugal. Com a vigilância constante e as perseguições subsequentes, as lojas brasileiras decidiram encerrar seus trabalhos até que pudessem voltar a operar em liberdade. Secretamente, contudo, continuavam suas atividades, funcionando à guisa de partidos políticos, até então inexistentes no país. A partir de 1820, uma onda liberal passa a questionar as monarquias da Península Ibérica, enquanto acontecimentos político-militares levavam ao Brasil até a Independência, em 1822.¹⁵

Assim, a história da Maçonaria do Brasil se confunde com a dos movimentos de independência e republicanos de fins de século 18 e por todo o século 19. De fato, a

¹⁴ CARVALHO, 2010.

¹⁵ CARVALHO, 2010.

formação do próprio Grande Oriente do Brasil – GOB contou com José Bonifácio de Andrada e Silva, primeiro Grã-Mestre da nova entidade, artífice da Independência do país e mentor do príncipe D. Pedro I. Ele mesmo, já coroado Imperador, seria declarado Grão-Mestre ainda em 1822, apenas para, já no ano seguinte, forçosamente encerrar o GOB, possivelmente temeroso de sua capacidade de organizar politicamente a elite local. Mais uma vez, as lojas brasileiras fechariam suas portas, para retornar apenas em 1831, com a abdicação de D. Pedro I e tendo Bonifácio de volta como Grão-Mestre.¹⁶ Ainda que de forma intermitente, contudo, o Brasil possuía sua própria Obediência Nacional e um Grande Oriente desde 1822, não mais submetido a obediências estrangeiras e firmando-se como uma célula independente dentro da Maçonaria mundial. Os maçons brasileiros seguiriam participando ativamente da política nacional, em geral apoiando a causa abolicionista, mas divididos entre liberais e conservadores, com membros que defendiam as vertentes monarquista, republicana e moderada. Essas diferenças perdurariam por boa parte do século 19, levando a embates e até mesmo cisões dentro da Maçonaria. As obediências discordantes seriam unificadas apenas em 1883, com a República sendo estabelecida em 1889, através de um golpe orquestrado por militares, com maçons entre seus líderes principais, tais como o Marechal Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant.¹⁷

Desde sua criação, a Maçonaria brasileira passou por diversas cisões, acarretadas por disputas políticas internas, com as partes dissonantes sendo eventualmente reabsorvidas pelo todo. Em um desses embates, foram criadas, em 1927, as Grandes Lojas Estaduais, que não mais se submetem ao GOB. Formou-se, à guisa de entidade unificadora, a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, que permanece até os dias atuais. Em 1973 ocorreria a última grande divisão, com o advento dos Grandes Orientes Estaduais Independentes - GOEI, acarretada por discordâncias relacionadas às eleições para Grão-Mestrado Geral da época. Embora, com o passar do tempo, muitas das lojas desgarradas retornassem à antiga obediência, há, mesmo nos dias atuais, algumas centenas afiliadas ao GOEI. Estes são presididos pela Confederação Maçônica Brasileira que, junto à Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e ao Grande Oriente do Brasil, formam o mosaico maçônico brasileiro. Mas não foram apenas as desavenças que foram constantes dentro da organização, mas também as perseguições sofridas.¹⁸

¹⁶ CAMARGO, 2016.

¹⁷ CARVALHO, 2010.

¹⁸ PANTANO FILHO, 2011.

Os maçons acabaram proibidos de exercer suas atividades pelo Estado Novo, por quase três anos, a partir de 1937. Apesar disso, o Grão-Mestre do GOB manifestou seu apoio ao governo, chegando mesmo ao ponto de decretar que as lojas, agora funcionando de maneira clandestina, eliminassem de seus quadros todos os membros contrários à política de Getúlio Vargas. Essa não seria a última vez que a Maçonaria brasileira iria contra os próprios princípios fundadores de liberdade, tolerância e igualdade, em defesa de regimes ditatoriais. Houve considerável apoio de maçons ao golpe de 1964 e a conseguinte ditadura civil-militar que se instalou no país, oficialmente posicionando-se em favor das Forças Armadas e da manutenção de um regime autoritário. Mas também existiram maçons que defenderam a presidência de Goulart e que, em consonância aos princípios basilares da instituição, se colocaram a favor da democracia. Muitos foram perseguidos, taxados de socialistas e comunistas, portanto inadequados à Maçonaria, que chegou a denunciá-los à ditadura. Com o retorno da democracia em 1985, a posição oficial da Maçonaria foi em favor de anistiar os crimes perpetrados durante o regime.¹⁹

PERNAMBUCO E AS SEMENTES DA MAÇONARIA

Se o Brasil teve sua primeira Loja oficial no Rio de Janeiro, em 1801, e uma anterior, na Bahia, em 1797, ainda que não reconhecida por alguma Obediência, as sementes tanto de uma quanto de outra parecem ter sido plantadas em Pernambuco. Foi lá, na cidade de Itambé, que o botânico Manuel de Arruda Câmara, natural de Goiana, fundou o seu arcópagos, ainda 1796. Assim como a instituição original²⁰ da qual tomou emprestado o nome, o arcópagos de Itambé era uma espécie de espaço de debates, principalmente políticos. Nele, era possível reunir-se e conversar sobre os acontecimentos correntes, com muitos dos seus frequentadores inteirando-se e discutindo a Revolução Francesa e os ares liberais que varriam a Europa de fins de século 18. O teor das conversas convidava ao sigilo das atividades, atraindo notáveis de Pernambuco e da Paraíba que, isolados no interior, podiam se expressar mais livremente do que nas capitais, muito mais vigiadas. Os assuntos giravam, predominantemente, em volta de ideais republicanos e sonhos de independência do jugo português, com os participantes secretamente conspirando e organizando-se para este fim. Entre eles, havia alguns dos primeiros maçons do Brasil,

¹⁹ SILVA, 2015.

²⁰ O arcópagos original se localizava na cidade de Atenas, na Antiguidade grega. Era uma espécie de tribunal ou conselho, famoso pela honestidade de suas deliberações, e que funcionava a céu aberto no outeiro do Campo de Marte.

nomes que se tornariam conhecidos anos depois, quando da Revolução Pernambucana, em 1817, e da Confederação do Equador, em 1824. Apesar disso, o areópago não era, propriamente, uma loja, sendo frequentada igualmente por leigos interessados na causa libertária nacional. O segredo de suas movimentações se devia mais à vigilância da Coroa lusa, sempre à cata de indícios de sedição em sua colônia, do que à manutenção de práticas e rituais maçônicos. E havia motivos para apreensão.²¹

Do areópago nasceu a conspiração que tinha por objetivo iniciar uma república em Pernambuco, buscando, para isso a benção e o apoio de aliados poderosos, com tentativas até mesmo de alistar Napoleão Bonaparte para a causa, arrancando-o de seu exílio na Ilha de Santa Helena. Os planos, grandiloquentes, jamais chegariam à fruição: com patrocínio da Maçonaria local, já haviam sido enviados emissários para a França, o Rio de Prata e mesmo à cidade de Nova York, quando os conspiradores foram descobertos e o areópago dissolvido. Antes disso, contudo, o local inspiraria outras instituições, se não maçônicas ou conspiratórias, ao menos devotadas ao saber e aos princípios de tolerância, igualdade e progresso dos maçons. A Academia do Paraíso, dirigida pelo padre João Ribeiro Pessoa era uma delas, contando com biblioteca, hospital e um curso de filosofia. Essa e outras sociedades secretas, como a Universidade de Antônio Carlos e a Escola de Vicente Ferreira, olhavam para as conquistas da França e das então chamadas 13 Colônias americanas, com as quais se correspondiam e buscavam inspiração. Também consequência das ideias que circularam no areópago, formou-se a Conspiração dos Suassunas em Olinda, ainda em 1801, que fracassaria em seus objetivos republicanos, embora plantasse as sementes da Revolução de 1817.²² A Maçonaria pernambucana, portanto, foi se formando junto aos movimentos republicanos e conspirações libertárias de finais de século XVIII e início do XIX, com eles se confundindo. Depois do areópago, contudo, surgiriam lojas na acepção mais tradicional do termo, compostas exclusivamente por maçons e tratando de assuntos próprios da instituição, seus rituais e política interna.

Em 1821 surgiria, no Recife, a Loja Seis de Março de 1817²³, título alusivo à Revolução Pernambucana, da qual participou seu fundador, o cirurgião Vicente dos Guimarães Peixoto. Anistiado após anos de cárcere por seu papel na conflagração, o médico logo buscava estabelecer uma loja que não apenas lembrasse a rebeldia dos

²¹ MELO, 1909.

²² MELO, 1909.

²³ Melo afirma existir relatos de que a Loja, sob o título “Guatimozim”, já existisse antes mesmo de 1817, mas que não haveria restado documentação comprobatória do fato, posto que os próprios maçons, durante a perseguição subsequente à Revolução fracassada, teriam destruído suas atas e outros registros.

pernambucanos, mas que servisse mesmo de provocação à Coroa e sua opressão. Não havendo ainda, à época, um Grande Oriente do Brasil, a Seis de Março teria inicialmente se filiado ao seu equivalente dos Estados Unidos. A Loja prosseguiu em seus trabalhos, passando pelo júbilo da Independência em 1822, declarada por um D. Pedro I elevado a Grão-Mestre. E pouco depois chegando ao desapontamento com as perseguições por ele impetradas aos próprios maçons e seu autoritarismo junto às províncias, com o Imperador chegando a forçosamente dissolver a primeira Constituinte, contra o qual Pernambuco logo se rebelou. Viria a Confederação do Equador em 1824, com violenta repressão do Império e resultados semelhantes aos de 1817, culminando na derrota e prisão dos revolucionários, com seu líder mais popular, Frei Caneca, sendo arcabuzado por sua participação.²⁴

Assim como ocorreria com as demais - e ainda poucas - lojas brasileiras, a Seis de Março hibernaria até a abdicação em 1831, quando os maçons voltariam abertamente às suas atividades normais. Ela passaria, assim, a ser reconhecida pelo GOB como a quinta mais antiga do país, regularizando-se em 1832 e matriculando-se com o número sete.²⁵ As Lojas prosseguiriam no interior de Pernambuco e em sua capital, com a Seis de Março buscando unificar os trabalhos dos maçons na província. A década de 1870, contudo, assinalou um período de certa decadência – ou ao menos reorganização - da Maçonaria brasileira e pernambucana, que vinha se avolumando desde os anos anteriores. Com as lutas libertárias cada vez mais longe no passado, o interesse dos membros foi diminuindo consideravelmente, bem como sua frequência nas reuniões e as contribuições às lojas. A Seis de Março, devendo seis meses de aluguel em sua sede, decide então desfazer-se do seu templo, passando a funcionar em diferentes endereços, embora outras lojas surgissem e outros templos fossem inaugurados. Enquanto isso, a Maçonaria local e a brasileira em geral seguiam participando ativamente da política nacional, empenhando-se em diversas causas, que se sucederam à Independência. Enquanto instituição, os maçons apoiaram a abolição da escravidão, a secularização dos cemitérios, o registro civil (nascimentos, casamentos, óbitos, etc.), o ensino laico e a separação de igreja e Estado, assim criando uma longa celeuma com o catolicismo nacional, conhecida como Questão Religiosa. O sonho da República seria alcançado apenas em 1889, trazendo profundas mudanças para o país e para a própria Maçonaria.²⁶

²⁴ MELO, 1921.

²⁵ É importante observar, contudo, que ela atualmente conta com o número 15 perante o GOB, do qual recebeu um certificado de loja mais antiga, anterior à própria Obediência nacional.

²⁶ MELO, 1921.

O começo do século XX veria uma maior interiorização de lojas em Pernambuco, bem como um processo de descentralização, garantindo a estas unidades uma certa autonomia. Além disso, buscou-se implementar uma imprensa própria, sendo a revista *Archivo Maçônico*²⁷, de 1906, um exemplo desse esforço, que assim publicizava os maçons, seu ideário e suas atividades: havia o patrocínio de escolas e bibliotecas, na capital e no interior, com objetivos de desenvolvimento intelectual e mesmo civilizatórios. De fato, das 19 Lojas existentes em Pernambuco nas duas primeiras décadas do século XX, 10 encontravam-se fora do Recife, quase todas contando com escolas ou bibliotecas, por vezes ambas. Dessa forma, a Maçonaria ampliaria mais o seu raio de atuação e capilaridade, proporcionando-lhe uma espécie de revitalização após os percalços de fins do século 19. Havia um esforço em criar e manter uma face pública para a instituição, preocupada com os rumos políticos e sociais do Brasil, e afastando-a de visões estereotipadas e há muito cristalizadas na sociedade. Ao mesmo tempo, prosseguiram os embates com a Igreja Católica, cujos próprios veículos de divulgação se dedicavam a pintar uma imagem específica da Maçonaria, que era assim apresentada como uma sociedade suspeitosamente sigilosa, dedicada à desestruturação da ordem vigente e conspirações políticas. A imprensa clerical inflamava as chamas da desconfiança, atizando preconceitos arraigados e associando, sob os mesmos objetivos alardeadamente torpes, judeus, comunistas e maçons. Estes, por sua vez, não transigiam em sua luta pelo pensamento liberal e pela laicização da educação pública, ainda dominada pelo ensino religioso católico.²⁸

Essa questão foi propulsora – embora não única – para o apoio da Maçonaria pernambucana à chamada Revolução de 1930, que poria fim ao sistema sucessório oligárquico iniciado por Campos Sales e que marcou a República Velha. Nesse sentido, convinha fomentar uma imagética que associasse, enquanto posicionamento tradicional, os maçons ao campo revolucionário. Assim, chamavam atenção para o sacrifício de João Pessoa, maçom notório e vítima de um crime passionnal no Recife e que seria politicamente utilizado como estopim da Revolução. No período de 1930-1940, a Maçonaria local seguiria se preocupando em divulgar uma imagem de instituição útil à sociedade, ao mesmo tempo em que mantinha suas bandeiras. Contudo, foi também dentro desse período que o ideário maçônico se chocou com o Integralismo e seus posicionamentos conservadores, antiliberais e fascistas. Enquanto isso, as imprensas leiga e católica continuavam associando

²⁷ Havia outros, com vários sendo criados no período pós-1930, como *O Archote*, lançado pela Loja Cavaleiros da Luz, no Recife; *O Mensageiro*, da Mensageiros do Bem, da cidade de Garanhuns, e muitos mais, quase sempre com posicionamentos anticlericais e buscando divulgar as obras da Maçonaria.

²⁸ SILVA, 2013.

maçons, sionistas e comunistas, homogeneizando-os em uma mesma ameaça à ordem social e a moral vigentes. Com o advento do Estado Novo, em 1937, as lojas de Pernambuco, assim como as demais do resto país, eram obrigadas a fechar suas portas, sofrendo processos de busca e apreensão, com a polícia devassando templos e alguns maçons buscando salvar seus acervos na calada da noite. Assim, a Maçonaria se juntava ao carnaval de rua, às religiões de matriz africana, às doutrinas espíritas e protestantes e os demais grupos proscritos pelo governo. Em pouco tempo, o GOB feria seus princípios básicos e passava a assumir uma postura de alinhamento ao Estado Novo, malgrado o autoritarismo do governo vigente, assim conseguindo uma reabertura gradual de suas lojas. Em Pernambuco, contudo, o Interventor Agamenon Magalhães jamais permitiu o retorno às atividades, retomadas apenas em 1945, com a queda de Vargas e o fim do Estado Novo.²⁹

A Maçonaria pernambucana acompanharia a escalada conservadora nacional nas décadas seguintes, culminando com o apoio ao golpe de 1964 e subsequente ditadura civil-militar. Mas esses, é claro, não seriam os únicos nem os primeiros embates internos entre os maçons. Antes disso, já havia divergências que separavam os obreiros, incluindo-se aí os brasileiros e os estrangeiros.

AS LOJAS INGLESAS

A história das primeiras Lojas Inglesas do Brasil – e, é importante que se observe, primeiras também em toda América do Sul – é fragmentada, alicerçada em registros muitas vezes esparsos, repletos de lacunas ou mesmo conflitantes. Elas surgiram ainda no início do século XIX e foram desaparecendo poucos anos depois, por vezes sem uma explicação muito clara. Enquanto a Maçonaria brasileira ainda lutava para se firmar, britânicos residentes no país buscavam se organizar, pleiteando Cartas Constitutivas – as assim chamadas *Warrants* – junto à GLUI para iniciar suas próprias lojas. Foi o que ocorreu em 1834, com a Orphan Lodge, nº 616, e a Saint John's Lodge, nº 703, ambas fundadas no Rio de Janeiro. Em 1856 viria a Southern Cross Lodge, nº 970, no Recife, organizada por H. Augustus Cowper, então cônsul britânico na capital pernambucana. Estas eram lojas de dimensões modestas, iniciando com poucos membros e, quase sempre, tomando emprestado o espaço de lojas brasileiras para poderem realizar suas reuniões. Por muito tempo, pensou-se que essas iniciativas acabaram fenecendo principalmente por oposição

²⁹ SILVA, 2013.

do GOB, pintado como uma espécie de dragão tropical e auriverde. Feroz em defesa de seu território e compreensivelmente insatisfeita de ter sua primazia dividida com uma obediência estrangeira, foi a imagem que permaneceu para a entidade brasileira, tachada de autoritária e irrazoável. Mas a verdade é que a própria GLUI quase sempre ignorou as atividades dessas lojas no Brasil, até mesmo deixando de comunicar-se com elas por longos períodos. Entregues à própria sorte, distantes de Londres e com membros que iam falecendo ou deixando o país, acabaram sendo desativadas em relativamente pouco tempo, com posteriores tentativas de reativação resultando infrutíferas. Na segunda metade do século XIX, a Maçonaria brasileira enfrentava seus próprios problemas, cingida em duas com a criação do Grande Oriente dos Beneditinos e o Grande Oriente do Lavradio. Enquanto os maçons do Brasil se digladiavam, os britânicos do país tentavam ainda erguer suas lojas próprias, fazendo uso de pedidos de cartas-patentes à GLUI que eram sucessivamente negados, já que o país possuía sua Obediência nativa.³⁰

Quando as duas facções da Maçonaria nacional afinal superaram suas diferenças e se tornam um corpo único, o GOB se estabelece de forma definitiva em 1883, presidindo sobre as Lojas inglesas que passam a surgir então. A insistência dos britânicos em criar suas próprias lojas advinha de um tradicionalismo ferrenho, buscando praticar seu ritual-base como era feito na Inglaterra, chamado de Emulação. Já o estilo mais praticado no Brasil era o chamado Rito Escocês Antigo e Aceito, na verdade criado nos Estados Unidos, no estado da Carolina do Sul. Havia ainda o rito Adonhiramita, de origem francesa, e o Rito Moderno, todos muito diferentes do Ritual Inglês, como era chamado pelos brasileiros, acrescentando-se ainda o agravante do idioma, já que todos eram realizado em português. Assim, sob a jurisdição do GOB, vão surgindo a Eureka Lodge, nº 440, em 1891, no Rio de Janeiro; a Duke of Clarence, nº 443, em 1893, em Salvador; a Morro Velho, nº 648, em 1899, na cidade de Nova Lima, Minas Gerais; e a Unity, nº 792, 1902, em São Paulo. A primeira tentativa de organizar essas lojas foi através da criação do Grande Capítulo de York – GCY, em acordo firmado em 1912 e registrado no boletim do GOB em 1916. Assim, o GCY passa a organizar as Loja Inglesas no Brasil, dirigir seus trabalhos e supervisionar a realização do Ritual Inglês, agora chamado de Rito de York. Em 1935, o GOB consegue fazer um tratado formal com a Inglaterra, que assim concede o direito de criação de um Distrito Inglês para a América do Sul, Divisão Norte, no Brasil. Dessa

³⁰ GENZ, 2013.

forma, é instalada uma Loja Distrital dentro do território brasileiro, dividindo espaço com o GOB, para abrigar essas Lojas Inglesas.³¹

A SAINT GEORGE

A Loja Saint George surgiu de maçons britânicos baseados em Pernambuco que, assim como no Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, desejavam se ligar não ao Grande Oriente do Brasil, mas diretamente à Grande Loja Unida da Inglaterra. Até o começo do século XX, os maçons britânicos frequentavam as lojas recifenses, dentro da crença de que eram, afinal, cidadãos do mundo e que a Maçonaria seria universal. Havia, contudo, uma nostalgia pelas práticas como haviam conhecido na Inglaterra, na Escócia, ou na Irlanda, gerando uma crescente insatisfação. Dessa forma, foram requisitadas cartas-patentes à GLUI, para que esses maçons britânicos tivessem a autorização formal para fundar suas próprias lojas. A entidade, como já apontado, decidiu que era necessário respeitar a autoridade e prerrogativas de sua contraparte brasileira, sob a qual deveriam se abrigar enquanto no país. Assim foi feito, com a ressalva de que o GOB permitisse a criação de uma loja para estes ingleses, como já vinha sendo feito em outras capitais do Brasil, assim surgindo a Saint George Lodge em 30 de julho de 1904. Seus membros eram, com frequência, figuras proeminentes do quadro social da comunidade britânica do Recife. Comerciantes, engenheiros, administradores e funcionários de empresas inglesas em Pernambuco faziam parte da loja, onde se falava apenas inglês e onde os rituais eram realizados nessa mesma língua. O primeiro Venerável da loja foi George William Baile, que chegou a ser vice-cônsul britânico na capital pernambucana e reverendo da igreja anglicana local. A essa altura, ele já era *Pastmaster*, ou seja, Venerável antigo de uma loja na Irlanda, sua terra natal, a Shamrock Lodge, ou “Loja Trevo”, em bom português.³²

A Saint George, assim batizada em homenagem ao santo padroeiro da Inglaterra, São Jorge, foi estabelecida com o número 817 dentro da ordem sequencial estabelecida pelo GOB. Assim permaneceu de 1904 até 1912, então recebendo o número 5, tendo sido a quinta Loja Inglesa em ordem de fundação no Brasil. Sem sede física própria, os membros inicialmente se reuniam na Loja Cavaleiros da Cruz, em um prédio localizado da Rua da Imperatriz, hoje funcionando na Rua José Mariano. Em 1926, houve o cisma

³¹ GENZ, 2013.

³² SILVA, 202).

nacional que daria origem, no ano seguinte, às Grandes Lojas Estaduais, divisão que deixou os ingleses desamparados e, em alguns casos, sem local de reuniões. No Recife, é Zeferino Gonçalves Agra, Venerável do Templo da Conciliação e Grão-mestre do recém-fundado Grande Oriente de Pernambuco, quem vem em socorro dos britânicos. A Loja Cavaleiros da Cruz, até então refúgio da maçonaria britânica no Recife, decidiu não aderir à separação, permanecendo fiel ao Grande Oriente do Brasil, enquanto as desavenças cresciam entre os maçons de Pernambuco. Assim, os estrangeiros passam a se abrigar na Conciliação, onde realizam suas reuniões, sob a proteção de Agra, ele mesmo comerciante e com laços com a comunidade inglesa. Passado esse período mais conturbado, ainda há registros de que as reuniões voltaram a acontecer na Cavaleiros da Cruz, em ocasiões diversas. A Saint George funcionou no Recife até 1973, quando foi transferida para São Paulo, com dificuldades em prosseguir suas atividades devido ao número cada vez menor de britânicos ainda radicados na cidade. Desde então, ela está instalada na capital paulistana com o título de Saint George Lodge nº 5561, subordinada à GLUI. Em 2015, contudo, decidiu-se refundar uma loja com o mesmo nome para homenagear esses maçons ingleses que trabalharam, viveram e realizaram suas obras em Pernambuco. Assim foi fundada a Augusta e Respeitável Loja Simbólica Saint George nº 817 no Recife, resgatando o número inicial da loja quando surgida em 1904, então ainda subordinada ao GOB.³³

Um dos nomes importantes na história da Loja Inglesa de Pernambuco, para além de George William Baile e Zeferino Agra, é James Chalmers, um britânico de sobrenome escocês que parece ter chegado ao Recife por volta de 1902.³⁴ Sua atuação na Maçonaria local justifica um olhar mais demorado sobre sua vida, trabalho e realizações junto à entidade. Ele foi um engenheiro da Companhia Beberibe de distribuição de água³⁵, função que exerceria depois do fim da empresa, como funcionário da diretoria-geral de obras públicas do Estado de Pernambuco.³⁶ Em 1919 já havia deixado o sanitarismo urbano para trabalhar como “chefe de locomoção” da empresa ferroviária Great Western. Em 1926, Chalmers deixaria o Recife³⁷ com sua esposa, a pernambucana Cândida Duarte de Barros, mudando-se para o Sudeste, passando a trabalhar para a outra empresa ferroviária, a Leopoldina Railway, de Minas Gerais.³⁸ Durante seu tempo na capital pernambucana,

³³ SILVA, 2020.

³⁴ A Província, 27 de maio de 1902.

³⁵ Diário de Pernambuco, 24 de junho de 1909.

³⁶ Diário de Pernambuco, 13 de fevereiro de 1916.

³⁷ Diário de Pernambuco, 15 de janeiro de 1926.

³⁸ Diário de Pernambuco, 05 de março de 1936.

James Chalmers participou ativamente da vida social local, enquanto membro de uma elite financeira e intelectual que se frequentava – e se publicizava – com intensidade. Ele atendia aos eventos sociais associados à comunidade britânica no Recife, como as festas e celebrações promovidas pelo Consulado.³⁹

Também era membro do primeiro British Club da cidade, anterior ao Country Club que existe até os dias atuais. Enquanto sócio, ajudava a angariar interesse pelo futebol, através de partidas amistosas que confrontavam equipes formadas inteiramente por britânicos e times locais, como o Sport Club do Recife.⁴⁰ Ainda comparecia, com sua família, a concertos realizados pela Musical Society do British Club.⁴¹ E, como se poderia imaginar, também participava de eventos ligados aos maçons locais, como aconteceu em 1911, com uma visita de Lauro Sodré, senador federal e Grão-Mestre da Maçonaria brasileira. Sodré foi levado para uma recepção no Templo da Conciliação, onde palestrou e serviu-se um banquete à francesa para 55 talheres, acompanhado de orquestra. Entre os notáveis, o governador de Pernambuco, Herculano Bandeira, bem como o chefe de polícia, representantes de lojas maçônicas locais, jornalistas, e o próprio James Chalmers.⁴²

Ele acabaria fazendo história entre os maçons de Pernambuco ao ser o primeiro iniciado da Saint George, quando de sua fundação em 1904. Quando a loja foi formada, seus membros, todos britânicos, já eram experientes e haviam sido iniciados ainda em seus países de origem, enquanto Chalmers o fazia apenas no Brasil. Seria possível dizer que sua vida pessoal e desenvolvimentos – sua evolução no trabalho, o casamento com Cândida, o nascimento dos filhos Ruy e Nellie – acompanharam seu crescimento dentro da Maçonaria, onde ele galgou posições e chegou à posição de Venerável em duas ocasiões diferentes. Além disso, ele agiu como uma espécie de reformador, sendo o primeiro a instituir rituais escritos na Saint George, quando até então se seguia a ortodoxia escocesa e irlandesa de rituais exclusivamente orais. Em outras palavras, ele modernizou a Maçonaria pernambucana, através de sua Loja Inglesa, adotando novas práticas e naturalizando-as entre os demais membros. Finalmente, Chalmers, também participará ativamente da formação do Capítulo de York, em 1916, ajudando a fundar o Distrito Inglês que abrigaria a Saint George e outras lojas em igual situação no Brasil.⁴³

³⁹ A Província, 10 de novembro de 1909.

⁴⁰ Diário de Pernambuco, 24 de junho de 1909.

⁴¹ Jornal Pequeno, 29 de outubro de 1910.

⁴² A Província, 19 de agosto de 1911.

⁴³ SILVA, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Maçonaria vem construindo uma história que se estende por cerca de quatro séculos, começando como uma organização de artesãos na Escócia, passando para uma espécie de clube de cavalheiros na Inglaterra e, a partir daí, espalhando-se pelo mundo, principalmente pelas então colônias europeias. Intencionando proteger uma categoria profissional, a dos pedreiros, se transmutaria em algo mais, instituindo rituais próprios e cercando-se de mistérios, quase sempre exagerados ou mesmo fabricados pelos leigos. Os maçons, em sua busca pela liberdade irrestrita do livre pensar e a defesa da privacidade necessária para tanto, acabariam alimentando uma reputação de segredos guardados a sete chaves e conspirações engendradas nas sombras. Tida como uma agremiação secreta, na verdade sempre participou ativamente das sociedades na qual esteve inserida. De fato, com frequência, buscou aproximar-se dos poderes estabelecidos, com resultados diversos e expondo as fraturas da própria entidade. Foi o que aconteceu numerosas vezes no Brasil, com a ascensão a Imperador de D. Pedro I, o estabelecimento do Estado Novo de Vargas e o golpe de 1964 e subsequente ditadura civil-militar. Nessas e em outras situações, houve maçons que defenderam suas raízes de tolerância, liberdade e progressismo, assim como membros que optaram por se alinhar ao autoritarismo, chegando ao ponto de denunciar e perseguir os próprios colegas.

O advento das chamadas Lojas Inglesas no Brasil é, de fato, uma amostra dessa heterogeneidade da Maçonaria no país, com membros estrangeiros que preferiram, até certo ponto, se afastar da vivência dos seus colegas brasileiros. Nesse sentido, a vida de James Chalmers serve como uma espécie de microcosmo da entidade, no mundo, no Brasil e em Pernambuco: desprovida de mistérios e apartada da espetacularização tantas vezes associada ao tema. E quase três séculos depois de sua criação na Escócia, caberia a um descendente de escoceses ajudar a quebrar antigas tradições em uma Loja Inglesa no Recife. A Maçonaria, afinal, não existiu e nem existe divorciada dos tempos em que está inserida, sendo em parte produto deles e, em sua época áurea, influenciando-os também. Como qualquer outra instituição, ela sofreu transformações e continua em processo evolutivo mesmo nos dias atuais, longe de ser uma massa estática ou mesmo homogênea. Ao contrário, esteve desde sua criação às voltas com desavenças e cisões como qualquer outro grupo organizado ao longo da história. Estudar a Maçonaria é, assim, estudar uma parte da sociedade da qual faz parte, portanto temática legítima para os cientistas sociais, malgrados os preconceitos ainda existentes.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

SILVA, Sérgio Araújo Fernandes da. Entrevista I. [dez. 2020]. Entrevistador: Frederico de Oliveira Toscano. Recife, 2020.

Autor desconhecido. Relatório. 1912. **Tratado GOB-GLUI, relativo à criação do Distrito Inglês**, acervo do Templo da Conciliação.

Diário de Pernambuco, 1909 a 1936, 1960.

A Província, 1911.

BIBLIOGRAFIA

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais: a longa duração**. Revista de História, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

CAMARGO, Felipe Côrte Real de. **"Protect the Integrity": the regularity discourse in the international masonic relations between Brazil and England (1880-2000)**. Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña, 2016, 8 (1), 131-151.

CARVALHO, William Almeida de. **Pequena História da Maçonaria no Brasil**. Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña Vol. 2, Nº 1, Mayo-
Noviembre, 2010.

MELO, Mário. **A Maçonaria no Brasil: prioridade de Pernambuco**. Recife: Tipografia a Vapor – J. Agostinho Bezerra, 1909.

MELO, Mário. **A Loja Maçônica Seis de Março de 1817**. Recife: Tipografia Recife Graphico, 1921.

MOREL, Marco e SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O Poder da Maçonaria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOULINS, Guyart des et RELY, Jean de. **Bible Historiale ou Bible Française**, 1543 (1^{re} éd. 1490).

NEFONTAINE, Luc. **La Franc-Maçonnerie: une fraternité révélée**. Paris: Gallimard, 2008.

PANTANO FILHO, Rubens. **Breve Histórico da Maçonaria no Brasil**. Revista Intellectus, Ano VII | Nº. 17, Out-Dez 2011.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. **Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas Décadas de 1930 e 1940**. Tese (Doutorado em História Social do Nordeste). Recife, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, 2013.

SILVA, Michel (Org.). **Maçonaria no Brasil: história, política e sociabilidade**. São Paulo: Paço Editorial, 2015.

STEVENSON, David. **The Origins of Freemasonry: Scotland's century (1590-1710)**. New York: Cambridge University Press, 2005.

RECEBIDO EM: 05/04/2021
PARECER DADO EM: 12/05/2021



www.revistafenix.pro.br